



EDUCAÇÃO MUSICAL E SÍNDROME DE DOWN

Brenda Letícia B. Gomes¹
Geisy Souza Dias²
Kamily Quirino Paulino³
Lorena Monteiro Neres de Lima⁴
Wugh Aleyxandri Palma de Lima⁵

Categoria: Comunicação Oral

Eixo Temático/Área de Conhecimento: Pesquisa sobre a produção do conhecimento científico em Educação Especial

RESUMO: O estudo aqui apresentado se interessa pela objetividade de verificar os parâmetros atuais de uma relação educacional entre a música e a Síndrome de Down. Os anos do Decreto 7.611/11 já repercutem efeitos positivos e somados a Lei 11.769 que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da música nas escolas, contribui para a estimulação de abordar tal tema. Além destes, veremos um levantamento das produções científicas na região norte e a discussão dos resultados em relação a isso e como podemos requalificar nossos esforços na direção de modelos da educação inclusiva e musical pelos mesmos objetivos. Com isso, trazemos um pequeno conjunto de atividades propostas para o desenvolvimento de horas de ação entre professores e alunos com a síndrome, fazendo uso da música como veículo orientador e apoiador das ideias de suplementação e complementação escolar para todos.

Palavras-chave: Síndrome de Down; Música; Processos socioculturais

¹ Brenda Letícia B. Gomes. Graduada do curso de Licenciatura plena em Música (FAARTES).
E-mail: melflowerh27@gmail.com

² Geisy de Souza Dias. Graduada do curso de Licenciatura plena em Música (FAARTES).
E-mail: geisysouza.202@gmail.com

³ Kamily Quirino Paulino. Graduada do curso de Licenciatura plena em Música (FAARTES).
E-mail: kaaamsp@gmail.com

⁴ Lorena Monteiro Neres de Lima. Graduada do curso de Licenciatura plena em Música (FAARTES).
E-mail: lorena.monteiro.n.l@gmail.com

⁵ Wugh Alexandre de Palma. Graduando do curso de Licenciatura plena em Música (FAARTES). E-mail: wughaleyxandri@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta um panorama da produção de pesquisa sobre Musicalização e Síndrome de Down na Região Norte do Brasil. A proposta motivadora é catalogar dados de estudo existentes até o momento sobre o tema em questão, mostrando sua aplicabilidade dentro do contexto musical e social, tendo como foco a interação sociocultural de crianças portadoras da Trissomia 21, mais conhecida como Síndrome de Down. O Art. 1º da lei 13.146/2015 diz que

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015).

Essa norma estabelece a inclusão da pessoa com deficiência e assegura a promoção das condições de igualdade em exercício do direito das liberdades fundamentais entre os cidadãos. Isto requer a preparação do profissional que lida diretamente com esse trânsito de interações. Por exemplo, professores atuantes não somente na educação básica, mas também contribuintes participantes em instituições direcionadas a educação especial.

Desta maneira, o que entendemos sobre inclusão é bem desmistificado no discurso de Castro (CASTRO, 2002, p. 16), sobre “A representação social dos professores de alunos com necessidades educativas especiais incluídos na classe comum do ensino regular”, tratando do processo de integração de indivíduos especiais no âmbito educacional regular e o quanto este procedimento requer a formação adequada para o desafio em pauta.

2. A SÍNDROME DE DOWN

Os primeiros relatos da deficiência mental, mais tarde intitulada como Síndrome de Down, surge com sintomas peculiares em alguns pacientes. Tais indivíduos, apresentavam características incomuns durante o seu desenvolvimento físico e

mental. Precedentemente, os registros sobre o caso em foco foram relatados em 1838, pelo psiquiatra francês Jean-Étienne- Dominique Esquirol. Posteriormente, no ano de 1846, o médico com interesses na psicologia e psiquiatria, Edouard Onesimus Seguin deixou escritos resultantes de suas investigações sobre a possível doença ainda não identificada.

Entre o período de 1862 – 1866 (Séc. XIX), o médico inglês John Langdon Haydon Down, aprofundou estudos a respeito desse distúrbio cromossômico (MOSAWI, 2018). Down coordenava um centro de tratamento para crianças com disfunção motora – cognitiva e observou dentre alguns infantes traços similares em sua aparência, cujo o comportamento, também, é marcado pela amabilidade.

2.1 DO PONTO DE VISTA BIOLÓGICO

Após um século, o francês, médico, pediatra e professor de genética, Jérôme Jean Louis Marie Lejeune procurou averiguar a origem da síndrome sendo essa causada por uma irregularidade na cópia do cromossomo 21 (LEJEUNE, 1988). As células do material genético de um indivíduo contêm 46 cromossomos (23 herdados do pai e os outros 23 da mãe), porém aqueles que apresentam a trissomia 21 possuem 47. (Figura 1).

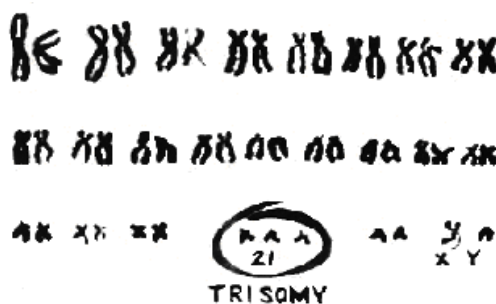


FIGURA 1. Cariótipo masculino de um portador da Trissomia 21 – Síndrome de Down. Disponível em: <http://www.ghente.org/ciencia/genetica/down.htm>

Este desequilíbrio no cromossomo culmina em um atraso no desenvolvimento mental e crescimento físico. Contudo, a criança deficiente passa pelas mesmas fases de desenvolvimento propostas por Piaget, a saber: Período sensório - motor (0-2 anos); Período Pré-operatório (2-7 anos); Período das Operações concretas (7-11 anos); Período das operações formais (11-12 anos em diante). (PIAGET, 1975).

Com o passar do tempo, o cérebro e a criança se desenvolvem na mesma proporção e sofrem modificações. O período marca a maturação do embrião é a mielinização, que se principia no útero e prolonga-se até os 24 meses de idade. (REED, 2005, p. 395). É neste estágio que acontece a formação da mielina a responsável por atribuir agilidade à transferência de informação, afetando de maneira direta a aprendizagem, o desenvolvimento cognitivo, linguístico, motor e social.

Para os indivíduos com SD, a repetição é fundamental nesse processo de aprendizagem, pois requer uma repetição prolongada, levando em consideração a constatação de Hellgard Raugh, pesquisador da área da psicologia da Universidade de Potsdam na Alemanha, que examinou em suas buscas de anos a realidade dos portadores de Down se desenvolverem, habitualmente, na metade da velocidade considerada normal e reagem mais lentamente que as crianças comuns (RAUH, 2000, p. 134).

3. EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação especial é direcionada a pessoas que apresentam deficiência visual, física, mental, auditiva e debilidade motora, cujo o objetivo é o desenvolvimento global do indivíduo. Trata-se de um instrumento educacional que utiliza de propostas didáticas adequadas para suprir tais necessidades. Entretanto, o ensino especial independe do âmbito de ensino regular, pois o mesmo se dá em centros especializados e tem como alvo a inserção do sujeito na sociedade.

Por sua vez, a educação inclusiva apresenta como cenário o ambiente escolar comum e tem como alvo a interação do deficiente na mesma. O elo entre a educação

especial e a política de acessibilidade se encontram na inclusão dessas pessoas na comunidade.

Historicamente, havia um tabu a respeito dos nascidos portadores de deficiências físicas. Algumas sociedades antigas possuíam um olhar intolerante para essas anomalias. Para os Romanos, “não se reconhecia valores em crianças “defeituosas”, mas havia um outro recurso além da execução que era o de abandonar as crianças nas margens dos rios ou em locais sagrados para serem recolhidas por famílias da plebe (NEGREIROS, 2014, p. 15).

Os gregos, por exemplo, negligenciaram as crianças consideradas não-sadias repudiando sua existência.

No entanto, alguns filósofos dos mais renomados chegaram a alimentar a ideia do extermínio das crianças defeituosas, sendo um deles um dos maiores e mais conceituados pensadores gregos: Platão (428 a 348 a.C.). Ao filosofar sobre uma utópica república completamente nova para Grécia Platão afirma: “... e no que concerne aos que receberam um corpo mal organizado, deixamos morrer”. (SILVA, 1987, p. 55).

Em contraponto, a comunidade egípcia acolhia de forma compreensiva o assunto em questão.

Evidências arqueológicas nos fazem concluir que no Egito Antigo, há mais de cinco mil anos, a pessoa com deficiência integrava-se nas diferentes e hierarquizadas classes sociais (faraó, nobres, altos funcionários, artesãos, agricultores, escravos). A arte egípcia, os afrescos, os papiros, os túmulos e as múmias estão repletos dessas revelações. Os estudos acadêmicos baseados em restos biológicos, de mais ou menos 4.500 a.C., ressaltam que as pessoas com nanismo não tinham qualquer impedimento físico para as suas ocupações e ofícios, principalmente de dançarinos e músicos (GUGEL, 2015, p. 02).

No contexto nacional brasileiro, se compartilhava do mesmo pensamento. No entanto, como afirma Negreiros, pedagoga e especialista em acessibilidade pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestre em comunicação acessível pelo Instituto Politécnico Leiria Portugal, a partir de 1980, a luta em prol da garantia de direitos para deficientes se torna palpável, resultando em leis que garantem direitos até então inexistentes (NEGREIROS, 2014, p. 17).

O marco inicial data o ano de 1996, na Lei de Diretrizes e Bases, artigo 58: “[...] a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1996). Esta norma citada acima teve sua redação alterada pela lei 12796/2013. Tal alteração visou a contemplação dos superdotados, aqueles com altas habilidades e transtornos globais, ordenar a respeito da instrução para os profissionais da área entre outras precauções.

É relevante destacar os avanços em processo dos direitos de educação para pessoas com necessidades especiais, a importância do combate ao preconceito consequente de conceitos pré-concebidos perpetuados ao longo da história da humanidade e a visão errônea da capacidade dos deficientes.

4. EDUCAÇÃO MUSICAL

A música caracteriza traços de um processo histórico, visto que carrega marcas e expressões oriundas próprias do ser humano, enquanto variante de pesquisa a música atrai também um olhar mais analítico e sistemático respondendo a questões mais amplas de um modo geral em um determinado campo. A educação musical apresenta elementos fundamentais na construção de um discurso e observância das diferentes pedagogias para cada necessidade atribuída em questão, pois como afirma o professor Raimundo Martins doutor em Educação Musical,

A educação musical, isto é, o processo de uma pedagogia musical, todavia, incorpora, junto ao seu desenvolvimento, a preocupação com uma aprendizagem adequada às diferentes necessidades e características humanas, respeitando os diversos níveis de desenvolvimento biológico, cognitivo e cultural, desenhando, assim, uma trajetória tortuosa, sempre permeada por preconceitos e credences. (BRUM; GAIDA, 2015, p. 18)

No Brasil em 1851 D. Pedro II aprova a lei nº 630 que estabelece o ensino de música nas escolas primárias e secundárias, após um período de largo crescimento a educação não progrediu permanecendo no Brasil até meados do século XX.

A produção científica no campo da Educação Musical se expande cada vez mais, levando em consideração os 26 trabalhos apresentados neste eixo temático em comparação às demais áreas da música acentuando uma consolidação gradativa. Do total de 286 referências, 41,61% foram classificadas como concernentes ao campo da educação musical. (DEL-BEN, 2010, p. 29).

5. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa em foco enquadra-se na atribuição de estudo quanti-qualitativo de caráter teórico. A partir da devida coleta de dados, obtivemos alguns resultados sobre o panorama da produção científica nos Estados da região norte do Brasil. Entretanto, as investigações sobre o tema são ainda incipientes.

As buscas foram realizadas de modo manual ao investigarmos em anais de conferência, periódicos e sites sobre o objeto de pesquisa nas seguintes bases de dados – Revista da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), site da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Música (ANPPOM), Revista OPUS (Publicação online da ANPPOM) e Revista Educação Especial. Exploramos por meio de busca automática nas bibliotecas digitais: Google Acadêmico; Scielo; Portal de Periódicos CAPES; Plataforma de vídeo (Youtube). Utilizando as palavras-chave: Musicalização; Educação Musical; Educação Especial; Educação Inclusiva; Síndrome de Down. Como, também, o agrupamento das mesmas nessas plataformas. Analisamos, também, as referências dos artigos na procura de novas fontes e nos foi possível adquirir material relevante à nossa pesquisa.

Inicialmente, foram selecionados artigos publicados entre os anos de 2010 – 2017. Dadas as circunstâncias de produção limitada, ampliamos o período estabelecido a princípio este que não foi seguido à risca. Os idiomas das pesquisas presentes nos textos incluem: Português, Alemão, Inglês e Francês.

Os artigos produzidos na Região Norte que apresentassem integralmente pesquisa sobre os eixos temáticos, Educação musical, Educação especial e Síndrome

de Down foram adicionados como fonte de elaboração da pesquisa bibliográfica. Estudos que não proporcionassem as temáticas acima descritas foram excluídos. À priori, a quantidade de resultados da coleta encontrados foram, respectivamente, Amazonas (18), Pará (22), Rondônia (5), Roraima (5) e não encontramos registros de produção científica sobre o conteúdo em Tocantins.

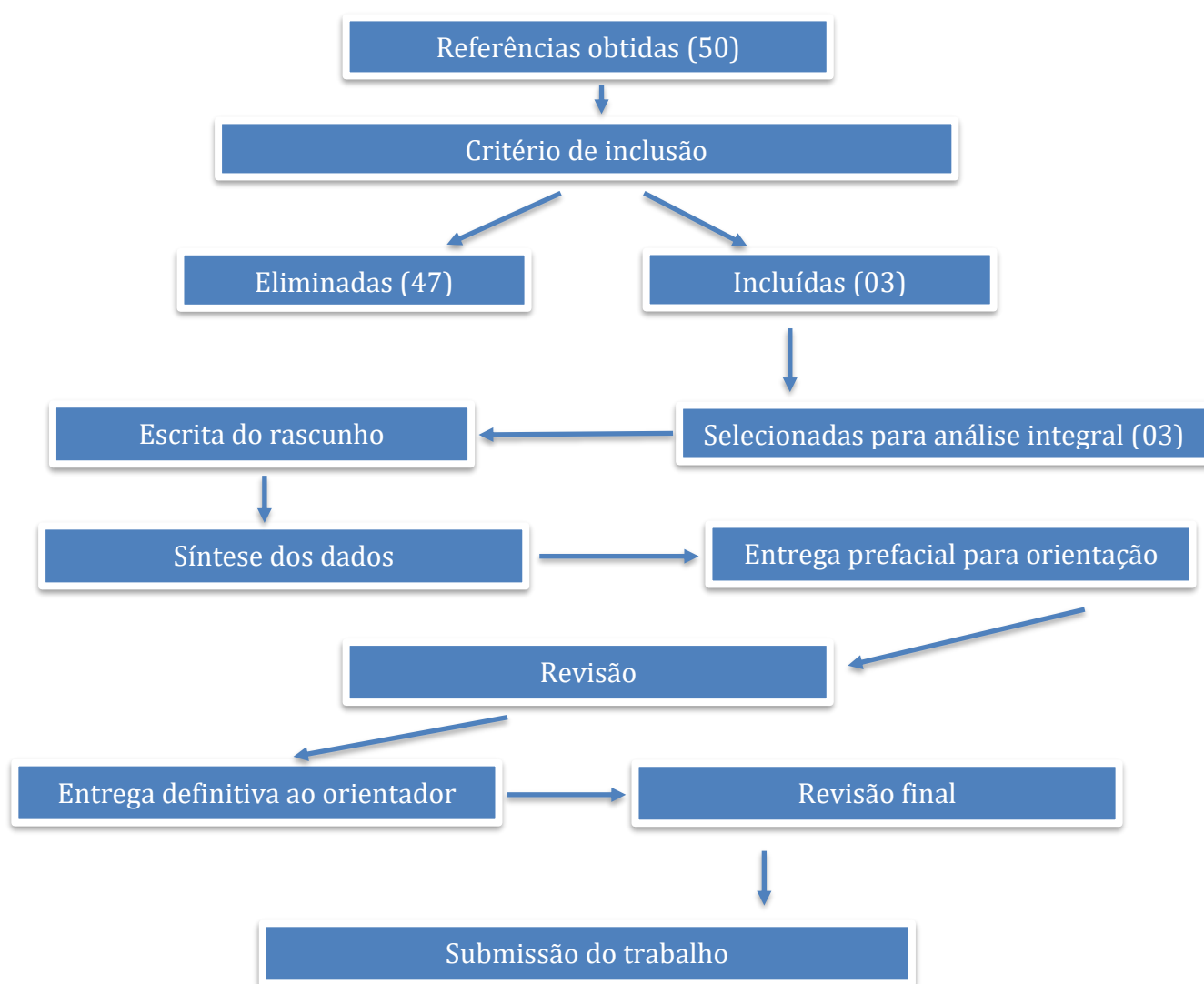


Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção dos artigos pesquisados. A quantidade de artigos em cada fase está evidenciada entre parênteses.

A figura acima indica as etapas de seleção iniciando por referências obtidas, utilizando os meios de busca usamos as palavras-chave citadas anteriormente e colhemos dados concernentes ao tema. O critério de inclusão, realizado pelo grupo, consistiu na leitura dos resumos das pesquisas. Os selecionados no critério de inclusão passaram pela análise integral, etapa em que realizamos a leitura completa do material incluído.

Posteriormente, na escrita do rascunho realizamos a dissertação sobre os tópicos abordados. Na síntese de dados executamos a reunião das dissertações no qual sentimos a necessidade de conceituar: Educação Especial; Educação Musical; Síndrome de Down. Catalogamos as referências e fizemos a entrega prefacial para orientação e ajustes.

Terminada a revisão, etapa em que corrigimos e ajustamos os textos dentro dos critérios exigidos para envio, fizemos a entrega definitiva ao professor-orientador para que o mesmo verificasse o processo de escrita final, pontuando as mudanças relevantes ao término do trabalho. Visto isso, após a devolução do trabalho pelo orientador ao grupo a revisão final foi executada. Fase na qual foi inspecionado erros de grafia, conclusão de ideias e formatação. Por fim, foi feita a submissão no site oficial.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre as pesquisas realizadas foi utilizado 1 artigo no estado do Amazonas e 2 no Pará com enfoque na Musicalização e Síndrome de Down. Nos demais estados da Região Norte como, Acre, Roraima, Amapá e Rondônia não foram descobertos indícios de produção textual a respeito.

Samuel Vinente Silva Junior e Ketlen Júlia Lima Da Silva apresentam em seu artigo uma reflexão concernente a educação inclusiva, visando destacar contribuições que integram ações de ensino e pesquisa.

Os projetos foram executados por um grupo pertencente ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia Diferencial (NEPPD) sobre a educação inclusiva e as diferentes abordagens interdisciplinares envolvendo estudantes de graduação, pós-graduação e profissionais da área, este mesmo grupo encontra-se na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (FACED/UFAM).

Os projetos apresentavam cenários distintos de acordo com as diversas categorias de análise para investigação, sendo que em 2011 alguns projetos foram aprovados apresentando Autismo, Síndrome de Down e Paralisia Cerebral como ponto de partida para suas pesquisas. Entretanto, foi em 2012 que o eixo educação musical ganhou espaço e aliou-se a educação especial/inclusiva. Portanto, de 12 projetos iniciados, 1 abordava a categoria de análise: Música/Movimento; Método Dalcroze e Educação Inclusiva. Os resultados foram surpreendentes, ademais como afirmado no texto a qualidade de vida dos estudantes e sua percepção receberam grande impacto positivo.

Quanto aos resultados os projetos possibilitaram às crianças com necessidades educacionais especiais o contato com a atividade musical com destaque para o desenvolvimento de suas habilidades através das atividades utilizando a bandinha rítmica mostrando o desenvolvimento motor nas tarefas envolvendo a percepção de diferentes ritmos, além de maior socialização durante as atividades em grupos. (JUNIOR; SILVA, 2014, p. 90).

Alessandra Mara Gazel dos Reis, Antonio de Pádua Sales Costa e Thaynah Patrícia Borges Conceição desenvolveram no ano de 2003 atividades musicais vinculadas ao projeto de extensão da Universidade do Estado do Pará, realizado na APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Belém-PA com crianças que apresentavam Síndrome de Down entre 7 e 11 anos de idade. Um projeto cuja motivação era despertar o gosto pela expressão artística além de promover diversos outros benefícios para o desenvolvimento psicomotor e sociocultural.

Levando em consideração as particularidades rítmicas de cada criança portadora da síndrome, as atividades foram fragmentadas em 5 segmentos: estudo e observação, oficinas, avaliação, oficinas e avaliação final.

Nas oficinas utilizam-se técnicas distintas denominados Bits de informações e métodos Orff e Dalcroze. Onde a partir destas informações são apresentadas visualmente as que forem consideradas relevantes para o desenvolvimento musical. Estes trabalhos seguem um padrão que une teoria e prática permitindo a improvisação e vivência musical a partir de considerações defendidas pelas metodologias Orff e Dalcroze.

A participação ativa da instituição, pais, técnicos educadores foram fundamentais para que a iniciativa procedesse. O processo ainda está em andamento. Finalizado este período será feita uma avaliação das atividades e as modificações adequadas de acordo com as singularidades de cada criança para o seguimento das oficinas posteriores.

7. PROPOSTAS DE ATIVIDADES COM BASE NOS ARTIGOS ANALISADOS

As seguintes atividades têm o intuito de auxiliar no processo de desenvolvimento neuropsicomotor da criança portadora da SD, preocupando-se em ajudar a mesma a “entender as relações entre seu mundo interior e o ambiente”, instigando seu crescimento intelectual, “facilitando o processo de aprender a andar e, depois, a falar” (Scientific American Mind. 2005, p. 88-87).

Metodologia	Objetivo	Descrição
Dalcroze: Brincando com bolas de tênis	Trabalhar a consciência da orientação espaço-temporal	Passar as bolas de tênis uma mão a outra sem deixá-las cair, o mesmo exercício, porém caminhando.
Dalcroze: Imitando sons de animais/	Experimentar por meio do corpo e/ou objetos, a produção de diferentes sons da natureza, estimulando a criatividade e percepção dos alunos.	

Kodály: Brincando de roda	Desenvolver o ouvido interno realizando brincadeiras de roda, utilizando de músicas folclóricas que retratam o cenário da Amazônia.	O grupo será conduzido pelo orientador/orientador que iniciará a brincadeira lúdica.
Orff: Tchutchuê improvisado	Fazer com que o aluno desenvolva sua criatividade e equilíbrio através da improvisação. Trabalhando de forma cooperativa. Conduzindo-os à apropriação do conteúdo musical de maneira prazerosa.	Dispostos em círculo os estudantes, improvisam de acordo com o ritmo da música. Utilizando palmas e batidas de pés e movimentos do corpo. O professor/orientador cantará a melodia da música Tchutchuê de forma adaptada ao invés de usar a versão original.
Dalcroze: Conhecendo o corpo	Apresentar as partes do corpo para as crianças, estimulando a coordenação motora grossa e fina. Estimular a equilíbrio.	Brinque de falar todas as partes do corpo cantando uma melodia simples enquanto indica a localização das partes do corpo com as mãos.
Dalcroze: Conhecendo os instrumentos musicais	Apresentar os instrumentos musicais e trabalhar aspectos motores e a instigar a fala da criança.	O professor/orientador e os demais colaboradores irão mostrar o gesto realizado no ato de tocar cada instrumento. Aliando o gesto à canção.

Definição de termos recorrentes na elaboração dos objetivos das oficinas:

- Lateralidade:

Noção de “direita e esquerda”, ou a consciência interna de que somos formados por dois lados semelhantes, porém diferentes, o esquerdo e o direito. A lateralidade é de suma importância no desenvolvimento no senso de orientação e em qualquer processo de aprendizagem sendo necessária para se “ver um mapa”, para “compreender geografia”, para “localizar-se no espaço”, para “diferenciar graves de agudos”, etc. (KNOK, 2012, p. 96).

- Orientação espaço-temporal:

Noção de tempo desenvolvida simultaneamente à de espaço; a conceituação do mundo exterior, comparado, primeiramente, a nós mesmo e, depois, a outras pessoas/objetos, estatísticos ou não. A noção espacial se relaciona com o senso de orientação no ambiente. (KNOK, 2012, p.97).

- Equilibração:

Pode-se dizer que ela é o eixo de toda nossa coordenação, tanto da geral (dinâmica global), como da coordenação das ações que ocorrem dissociadas entre membros superiores e inferiores. (LOURO, 2012, p. 91).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde de que assumimos o desafio de incluir, passamos a contabilizar um preço para dar permanência e qualidade de vida para todos da mesma espécie. Isso faz parte de nossa humanidade, raciocinar mecanismos inclusivos para qualquer segmento das ações sociais para o mundo que criamos e vivemos. Desse modo, o trajeto de cada um se determina pela vontade de ser e a ajuda de quem quer que seja, de meios que colaborem com o interesse de se tornar útil e necessário no meio em que se ocorre.

Percebemos que os canais de uma nova discussão foram abertos para a melhoria da qualidade do tema inclusão pela diversidade de todos. Ainda que os trabalhos observados neste estudo sejam poucos, tendo em vista outras considerações mais abordadas, consideramos positiva a iniciativa de ampliar o debate entre a música e a SD, interação e inclusão por natureza. Sendo assim, os quadros construídos indicam trabalhos acadêmicos e atividades para o setor, dentre as deficiências intelectuais, aberto e promissor para novas investidas.

Sugerimos aqui mais conteúdo que ficam de fora do alcance deste como: relações interpessoais e a música na SD, grupos musicais com SD integrada, nomes de destaque nas artes com SD, cinema e a deficiência intelectual, entre outros. Estes, contudo, são parâmetros identificados nas leituras para o presente estudo que se ramificam para outras iniciativas à serviço da ciência e desenvolvimento pedagógico.

Por fim, a região norte, diante de sua perspectiva do distanciamento e modelo de uma nova dimensão dos afazeres do Atendimento Educacional Especializado,

apresenta recursos que despontam como ideias e nomes preocupados com a associação da música e a SD. Por outro lado, a dificuldade de obtermos resultados de publicações em repositórios e revistas especializadas demonstram como estamos em déficit com uma comunidade, ao mesmo tempo dentro de nossa grandeza geográfica, estamos pequenos em produção científica na proporção do nosso potencial criativo e liberdade de expressão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de nº 13.146 de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília, DF, jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 15/08/2018

MOSAWI, Aamir Al. **Down Syndrome Atlas**. Alemanha, editora: Lambert Academic Publishing. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323995293_Down_syndrome_Atlas. Acesso em: 16/05/2018

RAUH, Hellgard. **Kognitives Entwicklungstempo und Verhalten Bei Kindern mit Down-Syndrom**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/242752682_Kognitives_Entwicklungstempo_und_Verhalten_bei_Kindern_mit_Down-Syndrom> Acesso em: 17/08/2018

SILVA, Otto Marques da. **A Epopéia Ignorada - A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje**. São Paulo - CEDAS, 1987.

NEGREIROS, Dilma de Andrade. **Acessibilidade Cultural: por que, onde, como e para quem?** Rio de Janeiro, 2014.

PIAGET, J. **A Construção do real na criança**. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1975

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. AMPID (associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência), 2015. Disponível em http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php Acesso em: 20/08/2018

V CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
17 a 19 de outubro de 2018 – UNIFESSPA/Marabá-PA
ISSN 2526-3579

CASTRO, Sabrina Fernandes. **A Representação Social dos Professores de Alunos Com Necessidades Educativas Especiais Incluídos na Classe Comum do Ensino Regular.** 2002. 86 f. Monografia (Especialização em Educação Especial) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2002.

REED, Umbertina Conti. **Desenvolvimento normal do sistema nervoso central.** Cap. 21. In: NITRINI, Ricardo; BACHESCHI, Luiz Alberto. A neurologia que todo médico deve saber. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2005. p.395-400.
DEL-BEN, Luciana. **(Para) Pensar a Pesquisa em Educação Musical.** Revista da ABEM, nº 24. p. 29, setembro, 2010.

PLATÃO, **A República.** Trad. Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

BRUM, Cristhian Moreira; GAIDA, Cláudia. **O Ensino da Música: Um olhar Qualitativo de Ambientes de Ensino-Aprendizagem da Música Quanto ao Aspecto Construtivo- Arquitetônico.** Editora Unijuí. Rio Grande do Sul, ano 30, nº96, p.16-28, maio/ago. 2015.

DEL-BEN, Luciana. **(Para) pensar a pesquisa em educação musical.** Revista da ABEM, Porto Alegre, v. 24, 25-33, set. 2010.

LEJEUNE, J. et.al. **Function Thyroidiéne et Trisomie 21 exxes de TSM et Deficit en rT3.** Annales de Génétique, v.31, 3pp, p. 137-143, 1988.

JUNIOR, Samuel Vinente Silva; SILVA, Ketlen Júlia Lima da. **Contribuições de um Grupo de Pesquisa na Produção Científica em Educação Inclusiva na Região Amazônica.** Revista Triângulo. v. 7, n. 2: 78-92, jul./dez. 2014.

LOURO, Viviane; **Fundamentos da Aprendizagem Musical da Pessoa com Deficiência.** 1º Edição -São Paulo Editora Som, 2012.

CASTRO, S. **A representação social de professores de alunos incluídos em rede regular de ensino.** Monografia (Conclusão de curso de especialização em Educação Especial na área da Deficiência Mental) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2002.